

GAZETAS COLONIAIS, ANÚNCIOS E ESCRAVIDÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX: UMA COMPARAÇÃO ENTRE RIO DE JANEIRO E JAMAICA

Colonial Gazettes, advertisements and slavery in the early 19th century:
a comparative study between Rio de Janeiro and Jamaica

João Victor Ribeiro Pires^a

 <https://orcid.org/0000-0002-7173-2191>
E-mail: jvpires@gmail.com

^a ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa,
Departamento de História,
Lisboa, Portugal

RESUMO

O presente artigo se utiliza das gazetas coloniais para, a partir dos casos de Rio de Janeiro e Kingston no princípio do Oitocentos, analisar como os anúncios dos periódicos permitem interpretar os hábitos cotidianos das sociedades destes territórios, ambos importantes centros coloniais no espaço atlântico dos impérios britânico e português. Um exame estatístico de dois periódicos com apoios das respectivas monarquias, *Gazeta do Rio de Janeiro* e *The Royal Gazette of Jamaica*, é feito para permitir a comparação. Para cotejar os escravizados anunciados em cada um dos territórios, recolhemos também dados das gazetas referentes a taxa e razão de africanidade dos cativos anunciados, bem como taxa e razão de masculinidade e origens indicadas. A análise dos anúncios nas duas gazetas indica um padrão muito semelhante das ocorrências cotidianas que eram anunciadas na imprensa de territórios desenvolvidos em torno da escravidão, permitindo um novo olhar sobre os hábitos das sociedades coloniais. O estudo aponta para um modelo padrão de anúncios nas gazetas coloniais, mas com dados distintos sobretudo no que diz respeito à população escravizada e à política cultural. As dissimilaridades permitem refletir sobre a assimetria política entre as regiões numa época em que se desenhavam caminhos opostos: a Jamaica encerrara o tráfico de escravizados em 1807, enquanto o Rio experimentava um súbito aumento deste comércio após a fixação da Corte na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa colonial. Escravidão atlântica. Século 19.

ABSTRACT

The article below uses the colonial gazettes in order to, from the cases of Rio de Janeiro and Kingston during the early 19th century, analyze how the newspaper advertisements allow us to interpret the daily habits of the societies in these territories, both important colonial centers of the British and Portuguese empires. A statistical examination of two periodicals supported by the respective monarchies, *Gazeta do Rio de Janeiro* and *The Royal Gazette of Jamaica*, is carried out to allow comparison. Furthermore, in order to compare the enslaved people announced in each of the territories, we collected data from the gazettes regarding the Africanity rate and ratio of the announced captives, as well as the masculinity rate and ratio and the indicated origins. The analysis of the advertisements in the two gazettes indicates a very similar pattern of the daily occurrences that were announced in the press in territories developed around slavery, allowing a new look at the habits of colonial societies. The study indicates a standard model of advertisements in these colonial gazettes, but with different data, especially with regard to the enslaved population and cultural policy. The dissimilarities allow us to reflect on the political asymmetry between the regions at a time when opposite paths were drawn: Jamaica ended the slave trade in 1807, while Rio experienced a sudden increase in this business after the Court's establishment in the City.

KEYWORDS: Colonial press. Atlantic slavery. Nineteenth century.



No dia 6 de janeiro de 1819 estava em distribuição pelas ruas do Rio de Janeiro a edição número 2 da *Gazeta do Rio de Janeiro* daquele ano. Na seção de “avisos”, um anúncio de José António de Freitas Amaral informava as fugas de um “muleque de nação Caçange” e de um “mulecão Mina”, impresso linhas abaixo de um comunicado que avisava a disponibilidade para venda de uma “morada de casas de sobrado na rua dos Inválidos”. Na mesma página localizava-se a propaganda da venda de uma “excelente coleção de livros franceses, italianos e latinos, composta dos melhores autores em poesia, oratória, história e cirurgia”¹. No mesmo dia, em Kingston, na Jamaica, circulava a segunda edição de 1819 da *The Royal Gazette*, repleta de anúncios, como o de John Hay, que divulgava a fuga do “homem negro chamado James, um Coromantee”, e o que comunicava a disponibilidade para venda de uma propriedade de plantação em St. George². Os anúncios retratam um fenômeno característico nas Américas dos séculos XVIII e XIX: o uso da imprensa como mecanismo para propagandear simultaneamente o cotidiano social e escravocrata. Ainda no século XVII, o surgimento da publicidade na imprensa escrita foi aproveitado para a publicação de anúncios escravocratas (Dyer, 2009, p. 11), prática que ganharia dimensão maior em jornais de territórios desenvolvidos em torno da escravidão³.

Rio de Janeiro e Kingston eram duas das maiores cidades escravistas no início do século XIX e importantes centros dos impérios português e britânico, respectivamente. O porto do Rio foi o único que superou o de Kingston como o local com o maior número de escravizados desembarcados durante o período do tráfico transatlântico (Burnard, 2020, p. 39). Mas, na data da publicação das gazetas em questão, viviam momentos diametralmente opostos: o declínio da elite escravocrata já estava em curso na Jamaica (Petley, 2012; Williams, 1975, p. 166), enquanto no Rio esse grupo permanecia em franca ascensão, traduzido numa elite mercantil que controlava setores como o açúcar, o trigo e o tráfico de escravizados (Fragoso, 1998, p. 319-333), que se mantinha como o mais importante setor de acumulação endógena (Florentino, 2014, p. 223).

¹ *Gazeta do Rio de Janeiro* (GRJ), 6 jan. 1819.

² *The Royal Gazette of Jamaica* (RGJ), 2-9 jan. 1819.

³ Existe uma pluralidade de estudos que revelam a importância que os anúncios de escravizados tiveram na imprensa em regiões específicas das Américas. No Rio de Janeiro, ver: Gomes (1996); Pires (2022). Em Minas Gerais: Amantino (2006). Na Jamaica: Brathwaite (2005, p. 201-206), Wood e Smith (2021). Na Virgínia: Costa (2001). Em Barbados: Beckles (2000a).

O ano de 1807 demarca os caminhos opostos verificados nessas regiões. No dia 25 de março, o Parlamento britânico aprovou o *An Act for the Abolition of the Slave Trade*, proibindo o tráfico de escravizados para os seus territórios. A Jamaica, que registrou um crescimento constante de sua população escravizada ao longo do século XVIII (Brathwaite, 2005, p. 152), experimentaria então um período de gradual declínio desta população até a total abolição em 1834 (Higman, 1995).

Oito meses depois, em 29 de novembro de 1807, saiu de Lisboa a frota responsável por transportar a Corte portuguesa para o Brasil após o exército francês ocupar o território português, com o objetivo de efetivar o bloqueio econômico decretado em 1806. A mudança do centro do poder do império para o Rio de Janeiro, onde o príncipe regente, futuro rei D. João VI, chegou em março de 1808, transformou a cidade e fez a importação de escravizados atingir números mais elevados. Durante a permanência da Corte na nova capital, até 1821, desembarcaram em média 20 mil cativos por ano no porto carioca, que mantinha ligação com uma rede comercial que transferia cativos para o interior e para a região do Rio da Prata⁴.

Foram assinados tratados entre Portugal e Grã-Bretanha que, a despeito da intenção britânica de pressionar pela abolição do tráfico, reconheceram, em um primeiro momento, o direito dos portugueses de continuarem o comércio dentro dos seus domínios (Bethell, 2002, p. 30). O porto do Rio de Janeiro, que desde meados do século XVIII passara a ser a principal encruzilhada do império pela posição privilegiada com as regiões auríferas e com a Colônia de Sacramento (Sampaio, 2003), manteve em funcionamento o comércio de cativos após a abolição britânica.

Apesar do fim do tráfico britânico em 1807, a Revolução Industrial na Grã-Bretanha e sua hegemonia tiveram um efeito distinto fora do império britânico, encorajando a ampliação da escravidão noutras regiões e redefinindo os “ritmos sociometabólicos do capital” (Parron, 2022, p. 188). Junto com Cuba e o sul dos Estados Unidos, o Brasil seria no século XIX o principal vértice da chamada “Segunda Escravidão” (Tomich, 2004, p. 61-63).

Também opostos eram os históricos da imprensa nesses territórios. A *The Royal Gazette* era um periódico semanal, normalmente com 24 páginas. Fundada em 1778, a gazeta impressa em Kingston com apoio real não foi o primeiro periódico da ilha, que viu nascer a imprensa em 1718 com o *The Weekly Jamaica Courant*. A *Gazette*, editada por

⁴ Números da base de dados www.slavevoyages.org.

Alexander Aikman – integrante da Assembleia da Jamaica – e seu filho, foi o principal, mas não o único jornal da região. Brathwaite sugere que entre 1770 e 1820 cerca de 15 periódicos surgiram (Brathwaite, 2005, p. 31). Mas a *Gazette* pode ser adotada como a mais representativa: teve cobertura “mais ampla do que a de qualquer outro jornal nesse período” (Brathwaite, 2005, p. 32), sendo a que tem o maior número de edições preservadas.

Por outro lado, o Brasil, por proibição régia, não teve imprensa periódica até a fixação da Corte. Foi em 1808 que foi fundada a *Gazeta do Rio de Janeiro*, pertencente à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, publicada com quatro páginas e duas vezes por semana, tendo se tornado trissemanal em junho de 1821. Foi o único jornal de notícias cuja circulação foi permitida no Rio durante a permanência da Corte. Apesar do pioneirismo da *Gazeta do Rio de Janeiro* no Brasil, esta publicação pode ser considerada herdeira de uma tradição da imprensa oficial portuguesa existente desde 1715 com a *Gazeta de Lisboa* (Meirelles, 2006).

Neste sentido, e entendendo a esfera pública como a mediação entre as práticas sociais e políticas e o Estado (Habermas, 2003, p. 128), sendo a esfera pública moderna teorizada por Habermas apenas mais um dos muitos ambientes de comunicação e atuação dos habitantes (Guerra & Lamperiere, 2008, p. 8), a América portuguesa, ao passo que verificava o súbito aumento do tráfico, vivia também o nascimento desses espaços de tipo moderno, onde as impressoras agilizariam e motivariam as discussões públicas, ainda que limitadas pela censura régia. O seu completo estabelecimento começará a ser verificado com mais intensidade no Brasil a partir de 1820 (Morel, 2008, p. 196-197).

A Jamaica, por sua vez, estava a desenvolver gradualmente esses mesmos espaços há mais tempo, também com algumas limitações, mas já com a imprensa sendo reconhecida como parte constitutiva da sociedade (Brathwaite, 2005, p. 37). O debate público via imprensa, aliás, era associado à identidade britânica desde o século XVIII (Youssef, 2010, p. 28-29). O desenvolvimento da esfera pública moderna na Jamaica fica também exemplificado com o debate público acerca do governo dos escravizados durante a segunda metade do século XVIII, que foi acentuado no Caribe britânico, não sendo, contudo, verificado no Brasil (Marquese, 2004, capítulos 2 e 4). Essa diferença no aparecimento da esfera pública de um lado e de outro, verificaremos adiante, ajuda a compreender alguns padrões identificados nos anúncios.

Mesmo tendo em conta o cenário que distingue o Brasil da Jamaica, é importante olhar para estes territórios como agentes preponderantes dentro de uma totalidade aberta, isto é, “os sistemas de exploração do trabalho escravo africano que foram implantados pelos europeus no Novo Mundo” (Marquese, 2019, p. 17). Ver nestas regiões do Atlântico uma arena de análise e tratar algumas estruturas como parte desta história atlântica é um espaço de análise frutífero (Morgan & Greene, 2009, p. 10). Este artigo pretende comparar determinados aspectos do cotidiano que eram anunciados na imprensa nos anos a seguir ao encerramento do tráfico na Jamaica e à transferência da Coroa para o Brasil, identificando pontos de encontro e desencontro no que toca à escravidão e à sociedade⁵.

Pretendemos dar substância a um processo histórico através do estudo comparativo de algumas de suas partes, de acordo com a metodologia que McMichael (1990, p. 386) denomina como *incorporated comparison*. Para isso, analisaremos duas componentes do cenário em estudo – Brasil e Jamaica – para interpretar um momento importante na transição para o capitalismo do século XIX: a queda da escravidão colonial britânica e a consequente ascensão da escravidão nacional brasileira, junto a outros processos que fazem parte dessa história, como os impactos sociais da transladação da monarquia para o Brasil em contraste com o declínio da elite dos plantadores no Caribe britânico. Para esta análise, utilizaremos uma análise quantitativa e qualitativa dos anúncios impressos nas duas regiões.

O olhar que propomos às gazetas é uma forma de analisar a imprensa não apenas como um repositório de fatos, mas como um “ingrediente do acontecimento” e uma “força ativa na história” (Darnton & Roche, 1996, p. 15). No caso da escravidão, por exemplo, os jornais eram ferramentas utilizadas para fins diversos. Para o anunciante, um espaço privilegiado para alcançar o público e obter o seu objetivo; para os capturadores, uma fonte de dados necessária para descobrir o paradeiro dos fugitivos, com os periódicos interferindo e agindo sobre o acontecimento.

Jamaica e Brasil são partes de uma configuração global, o sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2001, p. 13-40). No princípio do século XIX, as ilhas britânicas do Caribe, incluindo a Jamaica, já não respondem aos novos ritmos do mercado estabelecido pela Revolução Industrial, em curso sobretudo na Grã-Bretanha. Os novos circuitos de alta produtividade forçaram a exploração de áreas externas ao império, como Brasil, Cuba

⁵ Dentro do cenário da escravidão atlântica, esforços já foram realizados numa perspectiva comparativa entre cidades. Entre eles: Lobo (1970), Santos (2012), Burnard e Hart (2013) e Townsend (2000).

e Estados Unidos, que despontavam com potencial produtivo e capacidade de fornecimento do produto barato que a produção industrial precisava. Estamos diante de regiões que são parte de um sistema e, na engrenagem do capitalismo mundial, o declínio do Caribe implicou a ascensão da economia escravista do Brasil para atender à crescente demanda mundial. Essas mudanças serão consolidadas ao longo do oitocentos, mas podemos observar os primeiros indícios no início do século. O distinto cenário político vivido pelas duas regiões e os prenúncios do distanciamento que se consolidaria no avançar do século podem ser lidos a partir dos anúncios das gazetas.

Configuração dos anúncios: uma análise conjuntural das Gazetas

Dimensionar as características dos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* e da *The Royal Gazette* numa perspectiva comparativa envolve desafios. Apesar das propagandas na imprensa serem um bom vestígio dos costumes comerciais da região de circulação do periódico, tal não invalida a existência de outros costumes que, por um motivo ou outro, não eram anunciados na imprensa. Ainda assim, uma seleção dos anúncios mais frequentes é capaz de dimensionar os aspectos mais relevantes para a sociedade em questão.

Enquanto documento, a *Gazeta do Rio de Janeiro* pode ser preciosa, pois “sua seção de avisos deixa entrever vários aspectos do Rio de Janeiro que dificilmente se encontram em outra documentação” (Silva, 2007, p. 22), numa época em que a publicação de anúncios foi se tornando um elemento primordial para a venda de produtos (Neves, 2009, p. 59). Na Jamaica, apesar da baixa cobertura noticiosa local, os jornais foram vistos como um meio seguro para divulgar ocorrências cotidianas (Brathwaite, 2005, p. 33).

Para o estudo da escravidão, uma série de investigadores tem destacado o caráter singular da imprensa e sua capacidade de refletir e representar “percepções e valores da época” (Schwartz, 1987, p. 20). O primeiro alerta veio de Gilberto Freyre (1979, p. 7), ao sugerir que “mais do que em livros de história e nos romances, a história do Brasil do século XIX está nos anúncios dos jornais”. Para Alberto da Costa e Silva (2021, p. 127), a importância da imprensa encontra-se numa objetividade e frieza não vista em boa parte das fontes. Uma atenção específica aos anúncios de fugitivos também já foi realizada em variados casos. Flávio Gomes (1996) encontra nos periódicos indícios para analisar as experiências sociais dos fugitivos e suas particularidades cotidianas. Tom Costa (2001, p.

38) destaca a capacidade que os anúncios têm para iluminar os “cantos escondidos” das sociedades escravistas. Para os investigadores, trata-se de uma fonte que deve ser explorada.

No que se refere ao alcance e impacto, enquanto na Jamaica a *The Royal Gazette* imprimia anúncios de todas as paróquias, e aparentemente circulava por toda a ilha, no Rio de Janeiro a *Gazeta* imprimia, salvo raras exceções, apenas anúncios da capitania, provavelmente por conta da grande dimensão territorial do Brasil e à distância entre a nova capital e outros centros como Recife e Salvador. Mesmo anúncios de regiões afastadas do ambiente urbano são pouco frequentes na *Gazeta* – calculamos em menos de 2% os “avisos” localizados em territórios como Cabo Frio, Itaboraí e outros.

Além disso, a *Gazette*, em consonância com outros periódicos anglófonos que dedicavam grande atenção aos anúncios (Botein *et al.*, 1981, p. 478), imprimia um número maior de avisos por edição em comparação à sua congênere no Rio: mais de 100 anúncios por número, enquanto a publicação brasileira imprimia em média menos de dez numa época em que, no Brasil, os anúncios ainda começavam a conquistar um espaço no cotidiano. É preciso, contudo, ter em conta o distinto sistema de publicação de anúncios: na Jamaica, são massivamente repetidos de edição em edição, enquanto no Rio por norma são publicados apenas uma vez. Ou seja, enquanto no Rio os anúncios são quase sempre inéditos, na Jamaica encontram-se também propagandas que já estão a ser publicadas há meses no periódico.

Cabe ainda considerar a distinta feição demográfica. No Rio, a população branca tinha maior peso, em termos proporcionais, do que na Jamaica, com a região tendo abrigado muitos europeus que vieram com a Corte, estimados entre seis mil e 15 mil (Malerba, 2008, p. 60). Outros vieram a seguir, com o território ganhando atratividades para os estrangeiros – os decretos de 28 de janeiro de 1808, que abriu os portos do Brasil às nações amigas, e 25 de novembro, autorizando a concessão de sesmarias aos estrangeiros, confirmam isso. Este afluxo não é observado em Kingston, apesar da presença de estadunidenses, que passaram a ser controlados pelo governo, conforme proclamação dirigida aos estadunidenses na ilha em 1813⁶, a partir das tensões entre Estados Unidos e Grã-Bretanha.

Considerando as áreas urbana e rural, a cidade do Rio abrigava 112 mil pessoas em 1821, sendo 55 mil escravizados – na urbe eram 80 mil, sendo 36 mil cativos. Ao todo,

⁶ RGJ, 2-9 jan. 1813. A proclamação está na página 14.

a capitania abrigava 333 mil pessoas, dos quais 174 mil escravizados⁷. A Jamaica tinha por volta de 410 mil pessoas: 340 mil escravizados e 70 mil livres, sendo 35 mil brancos (Brathwaite, 2005, p. 152; Stewart, 1823, p. 36). Kingston abrigava 30 mil pessoas (Stewart, 1823, p. 27), provavelmente 18 mil cativos (Burnard, 2020, p. 44).

Para aferir a configuração dos anúncios, levantamos o que foi publicado, considerando todos os anúncios impressos na *Gazeta do Rio de Janeiro* entre 1808 e 1821, perfazendo 9211 “avisos” em 1610 edições e cerca de 6400 páginas. Para a *Gazette*, consultamos as edições da segunda semana de janeiro e segunda semana de abril entre 1813 e 1819, intervalo em que o The British Newspaper Archive conserva todas as edições desses meses, resultando em 1537 anúncios em 14 edições e 360 páginas. Optou-se por consultar apenas uma edição de cada mês para evitar a repetição constante de anúncios que ocorria na gazeta jamaicana e, uma vez que os avisos tinham a informação da data, foram considerados apenas os anúncios do mês da publicação ou do mês antecedente⁸. Dado o já explicado distinto sistema de anúncios, a percentagem surge como a melhor forma de comparação.

Nos jornais consultados, predominam dois tipos de anúncios: o comércio de escravizados e o de bens de raiz (prédios urbanos, propriedades de plantações, entre outros). No Rio, o comércio de propriedades foi o mais volumoso, com 20% do total; os “avisos” vinculados aos negócios escravocratas (compra e venda de cativos e anúncios de fugitivos) ocuparam 16%. Em Kingston, nota-se um domínio dos anúncios vinculados à escravidão, com 27%. A seguir aparece o comércio de propriedades, com 15%.

⁷ “Mapa da população da Corte e província do Rio de Janeiro em 1821”, disponível na *Revista do IHGB*, n. 33, 1870.

⁸ Anúncios de julho de 1813 publicados na edição de janeiro de 1814, por exemplo, não foram considerados, de modo a registrar somente os anúncios inéditos e evitar contagens duplicadas.

Tabela 1: Distribuição dos anúncios no Rio de Janeiro e na Jamaica

<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>		<i>The Royal Gazette of Jamaica</i>	
Tipo de anúncio	%	Tipo de anúncio	%
Bens de raiz	20	Escravizados	27
Escravizados	16	Bens de raiz	15
Livros	12	Questões judiciais e dívidas	13
Embarcações	12	Avisos governamentais	10
Questões judiciais e dívidas	5	Gado	7
Avisos governamentais	4	Embarcações	6
Oferta de serviços	4	Abertura/encerramento de sociedades	5
Alimentos, bebidas etc.	4	Alimentos, bebidas etc.	4
Carruagens	3	Livros	3
Artigos de casa	3	Comércio de madeira e relacionados	2
Perda/procura de artigos	3	Tecidos e vestuário	2
Loterias	3	Procura por trabalhador remunerado	2
Leilões variados	2	Artigos de casa	1
Mudança de morada/assinatura	2	Oferta de serviços	1
Tecidos e vestuário	2	Mudança de morada/assinatura	0,4

Fontes: GRJ, 1808-1821; RGJ, 2.ª semana de janeiro e abril, 1813-1819

O peso do ramo imobiliário é resultado da mobilidade populacional, de chegada e partida de colonos. O fluxo entre metrópole e colônia sempre movimentou em maior ou menor medida este mercado. Além disso, muitos *attorneys* (administradores de bens dos donos ausentes) tornavam-se capazes de adquirir bens na Jamaica (Higman, 2008, p. 87), ao passo que negociantes britânicos adquiriam imóveis na ilha via hipotecas sobre plantadores endividados (Patterson, 1973, p. 26).

No caso carioca, esse tipo de transação superou as ligadas ao cativeiro provavelmente por um incomum fluxo urbano experimentado após a Corte fixar residência na cidade e iniciar uma tentativa de “metropolização” (Schultz, 2008, p. 7). Em 1820, os prédios urbanos representavam cerca de 25% das riquezas da elite mercantil (Fragoso, 1998, p. 308), ilustrando um movimento de investimentos em imóveis que foi um dos eixos da vida econômica dos grandes comerciantes do Rio (Florentino, 2014, p. 205-215). Representações contestavam o “escandaloso aumento” dos preços e a disposição dos ingleses para “alugar por qualquer preço”⁹.

As construções cresceram pela falta de moradias, mas também pelas habitações disponíveis serem, na visão dos integrantes da nobreza europeia, desconfortáveis e sem luxo (Luccock, 1820, p. 118). Logo após a chegada da Corte, medidas foram tomadas

⁹ Fundação Biblioteca Nacional, Acervo Digital, Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando providências que atalhassem o desmedido aumento havido nos aluguéis em consequências da chegada da Família Real (Rio de Janeiro, 1808); e Fundação Biblioteca Nacional, Acervo Digital. Representação dos moradores do Rio de Janeiro a S.A.R. solicitando impedisse que os proprietários de casas abusassem na majoração dos aluguéis (Rio de Janeiro, 1811).

para limitar a posse de casas (Luccock, 1820, p. 99), e incentivos oferecidos a determinadas construções – o Decreto de 26 de abril de 1811 assegurou a isenção de impostos para construções na Cidade Nova. O perímetro urbano expandiu-se e novas habitações foram erguidas. No entanto, se a liderança dos anúncios imobiliários no Rio pode ser explicada pelo impacto urbano da presença da Corte, o predomínio dos negócios de escravos em Kingston talvez possa ser elucidado pelo maior número proporcional de cativos.

Além da semelhança no que toca aos dois principais tipos de anúncios, as gazetas abrigaram outras características em comum. Em ambas aparecem com notável frequência anúncios de dívidas e questões judiciais e os avisos governamentais, sendo estes últimos um resultado previsível, dado que as gazetas tinham apoio oficial. As dívidas e as questões judiciais, que muitas vezes tinham que ver com o mercado de crédito, não surpreendem, dado já ser conhecido pela historiografia que o endividamento servia de suporte ao funcionamento do mercado. Assim, indivíduos eram devedores e credores ao mesmo tempo.

Inventários de grandes plantadores (Higman, 2008, p. 87-88 e 141), por exemplo, indicam como os proprietários jamaicanos tinham parte de seus rendimentos em dívidas ativas. Muitos anúncios da *Gazette* eram sobre presos por dívidas que requeriam o *Act for the Relief of Insolvent Debtors*, que permitia a tentativa de um acordo com o credor. No Rio, em 1820, as dívidas ativas participavam com 23% na composição das fortunas da elite mercantil (Fragoso, 1998, p. 308), grupo que teve “relevância na oferta do crédito na cidade” (Souza, 2015, p. 147). Na *Gazeta*, quase metade dos anúncios sobre dívidas foi publicado após o óbito de uma das partes.

Quanto ao restante dos anúncios, há diferenças, como a divergência entre o comércio literário. Enquanto no Rio este girava em torno de 12%, na Jamaica a participação ficava em 3%. Por um lado, os territórios tiveram boa disponibilidade de obras alusivas às ações militares na Europa. Por outro, a elevada proporção desse mercado identificada na *Gazeta* sugere uma maior procura literária no Rio.

No Rio de Janeiro, a criação da Impressão Régia, em 1808, foi decisiva. Até 1822 a tipografia imprimiu, além dos títulos de caráter oficial, 720 obras, segundo Meirelles (2017, p. 385-386), que defende que a atividade editorial, mesmo que limitada pela censura régia, foi importante para o enraizamento da prática da leitura na sociedade. Na *Gazeta*, é possível identificar pelo menos 20 comerciantes com negócios livreiros no centro do Rio. A impressão de livros também ganhou fôlego para abastecer os cursos superiores: a

Escola Médica, criada em 1808, e a Academia Militar, inaugurada em 1811. Os livros citados na bibliografia dos cursos eram traduzidos, impressos no Brasil e anunciados na *Gazeta*. Os livros, por outro lado, eram de pequena importância nas tipografias das colônias britânicas do Caribe, existindo uma preferência pela importação (Cave, 1978, p. 184). Saíam das tipografias documentos relativos à política local, almanaque e periódicos, como nos anúncios de Aikman de obras como *Jamaica Almanac*¹⁰.

O controle estreito à educação na Jamaica dificultou a implantação de cursos superiores. Uma das principais características da sociedade jamaicana, o absenteísmo, teria enfraquecido o desenvolvimento de um sistema educacional (Patterson, 1973, p. 39). Como no Brasil, onde os cursos superiores eram ainda extremamente restritos, o habitual era que os filhos da elite fossem estudar na Europa, num cenário em que nove em cada dez casas-grandes da Jamaica tinham o proprietário ausente em meados do século XIX e numa região em que, segundo dados de meados do século XVIII, mais de 300 crianças eram enviadas à Inglaterra por ano (Patterson, 1973, p. 34-37). Nesta conjuntura, a política cultural joanina justifica a maior proporção do comércio literário no Rio. Com a tentativa de europeizar a cidade, inclusive com a transladação da Real Biblioteca de Lisboa para o Rio, a criação dos cursos superiores e a disposição de uma tipografia para imprimir títulos de naturezas diversas impulsionaram a posse, leitura e circulação de livros.

Há ainda mais um aspecto que desponta na configuração dos anúncios da *Gazeta*. Trata-se do conjunto de avisos sobre embarcações, subdivididos no comércio de sumacas e bergantins e nos comunicados de partidas de embarcações que poderiam carregar cartas, mercadorias ou pessoas ao destino. Esses anúncios representaram 12% do total na *Gazeta*, sendo 7,5% em anúncios de partidas e 4,5% em publicações comerciais. No caso da Jamaica, os avisos de embarcações representaram 6% do total, mas a grande diferença encontra-se na composição desse tipo de anúncio. Se pelo lado brasileiro o comércio de embarcações ocupou um espaço representativo, no lado jamaicano o mesmo não se verifica: 5,75% referem-se às partidas e apenas 0,25% ao comércio.

Provavelmente o fato do comércio de escravizados manter-se em pleno crescimento justifica a forte presença dos anúncios de compra e venda de embarcações na *Gazeta* – junta-se a isso a probabilidade de o comércio das embarcações inglesas

¹⁰ RGJ, 7-14 jan. 1815.

estar concentrado em portos como o de Londres, dado o referido absenteísmo daqueles que operam neste mercado. Eram comuns, no Rio, avisos que destacavam a capacidade da embarcação para o tráfico. Em 1810, por exemplo, João Gomes Valle, um dos maiores traficantes da região (Fragoso, 1998, p. 320), anunciou a venda de uma corveta com todos os pertences “para a condução de escravatura.”¹¹.

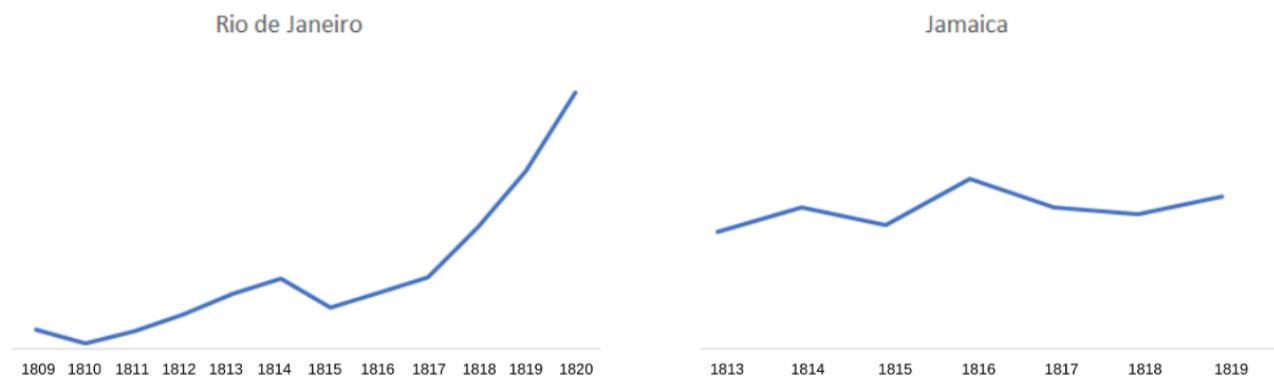
Os fluxos da escravidão inscritos nas Gazetas

Os anúncios publicitados nas gazetas associados ao cativeiro podem ser divididos basicamente em dois grupos: os de comércio e os de fuga, ainda que estes também tivessem um cunho econômico agregado aos valores anunciados como recompensa pela captura. Tanto em Kingston como no Rio de Janeiro, em torno de sete em cada dez anúncios eram referentes a compra e venda e três ligados às fugas. Considerando a curva evolutiva do número de anúncios relacionados à escravidão tabulados nas duas gazetas, é possível notar uma estabilização na Jamaica e uma notória ascensão no Brasil (gráfico 1, produzido apenas para comparar as curvas e não os valores absolutos, que não são comparáveis devido às distintas amostragens utilizadas). Em 1809 foram impressos 27 anúncios desse tipo na *Gazeta do Rio de Janeiro*, número que cresceu para 358 em 1820¹². Esse movimento tem alguma relação com a implantação recente da imprensa no Brasil, de modo que o hábito de publicar anúncios conquistava gradualmente um espaço no cotidiano, mas permite também uma outra leitura: a expansão da escravidão diante das novas demandas internacionais. Na Jamaica, por sua vez, os dados retirados das edições da segunda semana de janeiro e abril entre 1813 e 1819 não indicam grandes variações anuais em termos numéricos, com a soma das duas edições consultadas a cada ano indicando valores próximos da média de 60 anúncios escravocratas.

¹¹ *Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro*, 5 jun. 1810.

¹² No gráfico 1, o ano de 1808 não foi considerado no Rio de Janeiro porque não foi publicado nenhum anúncio referente aos escravizados nesse ano. E 1821 não foi considerado porque a partir do segundo semestre de 1821 o número de anúncios na *Gazeta* entra em declínio devido à criação do *Diário do Rio de Janeiro*, periódico inaugurado no 1º de junho de 1821. A ocorrência não é difícil de ser explicada: o *Diário* não cobrava pela inserção de anúncios, enquanto a *Gazeta* cobrava 200 réis por cada linha de promoção.

Gráfico 1: Curva referente ao número de anúncios escravocratas impressos



Fontes: GRJ, 1809-1820; RGJ, 2.ª semana de janeiro e abril, 1813-1819

Um exame dos anúncios sobre os cativos permite notar o reflexo de um fenômeno já observado por alguns investigadores e que foi “um elemento recorrente no evolver histórico da população carioca” (Florentino, 2014, p. 51): a predominância de escravizados africanos em relação aos crioulos (nascidos no Brasil), questão associada à lógica empresarial, que priorizava a reposição dos trabalhadores escravizados a partir do sucessivo abastecimento externo. Foi no pós-1850, findo o tráfico, que existiu a preocupação em prolongar a vida dos cativos.

Na Jamaica, por sua vez, o número de *creoles* já era superior ao de africanos antes de 1807 (Higman, 1995), quando do fim do tráfico, possivelmente fruto do *Consolidated Slave Act of Jamaica* de 1792, que adicionou políticas em prol do crescimento natural dos cativos (Marquese, 2004, p. 129-130); enquanto no Rio de Janeiro isso parece não ter ocorrido antes de 1850. A partir da análise de inventários, Florentino demonstra que até 1835, data limite do seu estudo, o número de africanos foi sempre superior ao de crioulos (Florentino, 2014, p. 283). Karasch também sugere, com dados da Santa Casa da Misericórdia e do Censo de 1849, que até o fim do tráfico os estrangeiros foram superiores (Karasch, 2000, p. 41-42).

Contabilizamos então a proporção entre nativos e africanos nos anúncios. No jornal brasileiro, entre 1808 e 1821, anotamos 954 escravizados com indicação da origem¹³, enquanto na Jamaica localizamos 937 referências nas edições da segunda semana de janeiro entre 1813 e 1819 – para evitar registros duplicados, o mês de abril não foi

¹³ Contabilizamos anúncios descrevendo escravizados individualmente. Não consideramos anúncios sobre grandes carregamentos, anunciando, por exemplo, a chegada de 60 moçambicanos numa embarcação. O objetivo foi considerar aqueles que estavam de fato no Rio de Janeiro, pois a cidade transferia cativos para outras regiões brasileiras.

considerado, pois muitos tinham seus nomes impressos repetidamente por semanas ou meses nas listas anunciadas.

Tabela 2: Africanidade e masculinidade entre os escravizados

Região	Rio de Janeiro	Jamaica
Período	1809-1821	1813-1819
(A)	954	937
(B)	181	106
(C)	65	51
(D)	201	299
(E)	67	75
(F)	172	244
(G)	63	70

(A): Número de cativos considerados; (B): Razão de africanidade; (C): Taxa de africanidade (%); (D): Razão de masculinidade entre os africanos; (E): Taxa de masculinidade entre os africanos (%); (F): Razão de masculinidade entre os “crioulos”; (G): Taxa de masculinidade entre os “crioulos” (%).

Fontes: GRJ, 1809-1821; RGJ, 2.ª semana de janeiro, 1813-1819

O resultado mostra um claro maior equilíbrio entre africanos e nativos na população escravizada jamaicana. Enquanto na colônia britânica a razão de africanidade (o número de africanos para cada grupo de 100 crioulos) era de 106, no Rio de Janeiro a conta indica 181 africanos para cada 100 nativos. Isto é, na Jamaica 51% era africano; no Rio, 65%.

A partir de uma análise também da *Gazeta do Rio de Janeiro*, valendo-se apenas dos anúncios de fuga, Gomes (1996) obteve uma taxa de africanidade de 76,4%. O fato de ser superior aos 65% que encontramos levantando todos os anúncios de escravizados alinha-se com a hipótese, já levantada por alguns autores, de que os africanos eram mais inclinados à fuga.

A predominância africana nas fugas está analisada em alguns estudos. Através de registros policiais, Mary Karasch (2000, p. 401) contabilizou que em 1826-1831 oito em cada dez fugitivos eram africanos, sugerindo duas hipóteses: maior êxito dos nativos em evitar a captura ou a familiaridade com as patrulhas de captura, desestimulando a fuga. Leila Algranti (1988, p. 191) aponta que 72% dos presos por fuga em 1810-1821 eram africanos, enquanto Alice Moura (2022, p. 64) verificou semelhante prevalência (75%) nos jornais do Rio em 1827-1850. Na Jamaica, a maioria dos fugitivos nas *workhouses* listados na *Gazette* em 1794 (75%) e 1813 (57%) eram africanos (Patterson, 1973, p. 262).

Pela Tabela 2 podemos ainda notar que nos dois casos verificam-se taxas menores de masculinidade entre os crioulos. É natural que o número de homens e mulheres alcance um equilíbrio maior conforme cresce o número de nativos entre a população escravizada, uma vez que os nascimentos tendem a ter um padrão de gênero de 1/1.

A mesma tabela permite verificar que a predominância de homens em relação às mulheres é ainda maior na Jamaica do que no Rio de Janeiro, mesmo com o tráfico encerrado na ilha. Esse dado, porém, deve ser visto com alguma ressalva em função das características da documentação pesquisada. É possível supor que as gazetas anunciam mais escravizados homens do que mulheres, resultando numa taxa de masculinidade maior do que a habitual.

Pela ótica dos avisos comerciais, nos dois casos os homens eram mais valorizados (Florentino, 2014, p. 232; Brathwaite, 2005, p. 154; Burnard, 2018, p. 39), e provavelmente também mais anunciados. Pela ótica dos anúncios de fugas, os homens eram também mais frequentes. No caso jamaicano, parece estar na questão dos fugitivos a chave para a alta taxa de masculinidade apresentada, uma vez que muitos dos anúncios comerciais referem-se a avisos das *workhouses* – instituições que recebiam negros livres condenados e escravizados fugitivos e condenados – de venda de fugitivos capturados, fazendo com que boa parte dos anúncios esteja de uma forma ou de outra ligada à fuga¹⁴.

A tendência de homens fugirem mais do que mulheres já foi notada em distintos estudos e geografias. Flávio Gomes (1996) calculou que, entre os fugitivos anunciados na *Gazeta*, 80% eram homens; Alice Moura (2022, p. 39), para um período posterior no Rio de Janeiro, verificou uma grande maioria de homens nas fugas anunciadas. Na Carolina do Sul, entre 1732 e 1739, Jennifer Morgan (2004, p. 181-182) notou que homens eram três vezes mais frequentes nas fugas, enquanto Shaun Wallace (2017, p. 121) identificou, na Geórgia e em Maryland entre 1790 e 1810, que os fugitivos homens superavam as mulheres em quatro para um. Em Barbados, em 1833, mais de 70% dos fugitivos anunciados no *Globe* eram homens (Beckles, 2000a, p. 1013). Na Jamaica, uma análise sistemática de anúncios do século XVIII mostra que 80% das fugas eram masculinas (Wood & Smith, 2021, p. 31); e Patterson (1973, p. 262) calculou taxas de 86% e 75% nos anúncios de 1794 e 1813, respectivamente. Trata-se, portanto, de um padrão reproduzido em distintas partes.

¹⁴ As *workhouses* publicavam listas extensas dos cativos fugitivos e dos fugitivos disponíveis para venda.

Algumas explicações já foram sugeridas para a reduzida presença feminina nas fugas. Entre elas, a menor liberdade de circulação por serem, no ambiente urbano, muitas vezes aplicadas em serviços domésticos (Burnard, 2018, p. 36; Pires, 2022, p. 185-186), e a maternidade, suspeita já levantada por Amantino (2006, p. 62) e por Mair (2000, p. 994), para quem a dificuldade de enfrentar a vida fora da lei com filhos deve ter sido um forte fator para mantê-las presas à escravidão. Costura-se ainda a hipótese de terem maior esperança em serem alforriadas, segundo dados de regiões como Brasil, Jamaica e Barbados que indicam que as manumissões foram mais distribuídas para as mulheres (Paiva, 2018, p. 125; Beckles, 2000, p. 699; Burnard, 2020a, p. 137), sem esquecer que, para isso, por vezes, precisavam exercer papéis ligados a prostituição e concubinato.

As transformações urbana e populacional verificadas no Rio de Janeiro na altura podem também ter favorecido um maior número de mulheres anunciadas. Os muitos europeus que chegaram à cidade teriam feito crescer a procura por trabalhos de “porta adentro”, dominado pelas escravizadas. É sabido que nas cidades escravistas do Brasil a demanda relativa por escravizadas foi sempre alta para trabalhos domésticos e no comércio e na produção para o mercado local de doces, roupas e produtos artesanais (Carvalho, 2018, p. 212). Com os fatores referidos, costuramos a hipótese de que a alta taxa de masculinidade nos anúncios da Jamaica esteja associada à maior proporção de avisos de fuga na Jamaica e à alta demanda por escravizadas no Rio.

As experiências de fuga foram diversas, como também as razões e estratégias para manter o anonimato e tentar construir a liberdade. A imprensa oferece pistas. Dentre as razões, restabelecer laços – familiares ou afetivos – aparece em comum, algo já notado noutras regiões, como a Virgínia (Costa, 2001, p. 40). Fulgêncio e Jenny aparentemente tinham este intuito: o primeiro, após a fuga, desconfiava-se “estar em casa de sua mãe”; a segunda, dizia-se que estaria abrigada por Morris, com quem ela já havia vivido enquanto esposa¹⁵.

Os castigos também provocaram fugas. No Rio, o marinheiro Duarte fugiu depois de ter sido mandado buscar a bordo para ser castigado¹⁶. Descrições de fugitivos feitas pelos anunciantes apontam as marcas do corretivo. Na Jamaica, John e Lisbon foram anunciados como fugitivos com marcas de castigos nas costas¹⁷. Maria, no Rio, fugiu com

¹⁵ GRJ, 9 jan. 1819; RGJ, 7-14 jan. 1815.

¹⁶ GRJ, 17 jun. 1815.

¹⁷ RGJ, 7-14 jan. 1815; RGJ, n.º 15, 6-13 abr. 1816.

“o sinal de um golpe no ombro”¹⁸. Muitas vezes era preciso quebrar correntes para debandar. Foram os casos, na Jamaica, dos crioulos Thomas e Richard, que a gazeta de Kingston descrevia assim: “*the above negroes carried their chain and collars with them*”¹⁹. No Rio, Estevão fugiu com “ferro de chave no pescoço” e Antônio saiu com “ferro de espigão cortado no pescoço”²⁰.

Para manter o anonimato, mudar de nome foi um método adotado. No Rio, Adão, desaparecido há mais de dois anos, foi descrito como um crioulo que “costuma mudar o nome quando foge”²¹. Na Jamaica, William optou por trocar de nome depois de fugir e dizia se chamar Smart²². Donga, “*a Mulatto Boy*”, também usou esta estratégia: “*He has changed his name to that of Richard alias William Thompson*”²³. Tais anúncios mostram que os anunciantes conheciam estratégias dos fugitivos, como um carioca que, ao avisar uma fuga, pedia cuidado com o pretexto “que ele possa impor para ser acolhido em alguma casa”²⁴.

Mantidos em cativeiro, além do cotidiano de trabalho, uma possibilidade quer no Caribe quer no Brasil era o escravizado ser aplicado para trabalhar nas obras. Foi possível identificar nos dois casos o uso dos espaços de anúncios para a contratação de escravizados para este tipo de trabalho. Tanto na Jamaica como no Brasil, os proprietários de cativos alugavam os trabalhadores para cumprirem ofícios em obras públicas – no caso jamaicano, estes senhores, capazes de fazer fortunas com estas transações sobretudo no século XVIII (Higman, 2008, p. 83), ficaram também conhecidos como *Jobbers* e os anúncios a eles direcionados traziam a chamada “*Notice to Jobbers*”. Um exemplo é a obra, ordenada pela Assembleia, de construção e pavimentação de uma estrada entre Bath e Wheelerfield, tendo sido publicado um anúncio aos *jobbers* interessados²⁵. No Rio de Janeiro, em 1819, um aviso foi impresso na *Gazeta* dirigido aos senhores que tinham cativos cabouqueiros disponíveis para as obras que, por ordem da Real Junta do Comércio, seriam feitas na Ilha Rasa²⁶.

Os anunciantes, aliás, registram outras estratégias semelhantes. Uma delas era avisar as marcas da varíola na pele do escravizado, dado valioso para facilitar a ação dos

¹⁸ GRJ, 11 out. 1815.

¹⁹ RGJ, 3-10 jan. 1818.

²⁰ GRJ, 12 fev. 1820.

²¹ GRJ, 11 mar. 1820.

²² RGJ, 3-10 jan. 1818.

²³ RGJ, 2-9 abr. 1814.

²⁴ GRJ, 3 mai. 1817.

²⁵ RGJ, 6-13 jan. 1816.

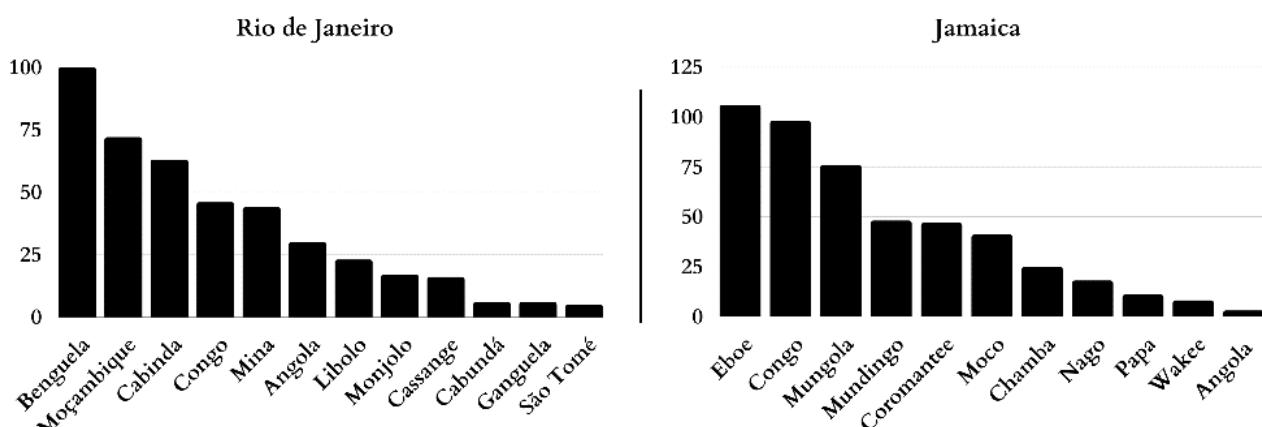
²⁶ GRJ, 10 jul. 1819.

capturadores. Na Jamaica, um fugitivo era assim descrito: “*William Francis, a Creole, 5 feet 4 inches, no mark, much pitted with the smallpox*”²⁷. Antônio, diz a *Gazeta*, era um “muleque de nação Benguela muito picado das bexigas”²⁸.

Os anúncios permitem ainda identificar a procedência dos escravizados, conforme se pode notar no caso de Antônio, referido no parágrafo anterior, natural de Benguela. A indicação era mais precisa nos casos de longa permanência do cativo na América. Hall aponta que africanos recém-chegados na Louisiana tiveram poucas vezes a origem étnica registrada nos documentos, diferentemente daqueles que permaneceram por muitos anos e a origem de seus registros foi mais precisa nos inventários (Hall, 2005, p. 45). Karasch (2000, p. 45-47) observa o mesmo fenômeno no Brasil, sendo incomuns fontes que registram grupos étnicos específicos logo após o desembarque. De acordo com a autora, a origem dos cativos enterrados pela Santa Casa da Misericórdia era mais precisa. Nas informações veiculadas nas gazetas, encontramos tanto africanos recém-chegados como aqueles com longa vivência na América, um misto, portanto, dos dois casos.

No periódico carioca, localizamos 453 escravizados com indicação de suas origens; na gazeta jamaicana, 483. No Rio de Janeiro, as ruas eram marcadamente ocupadas por escravizados vindos de Benguela, Moçambique e Cabinda, existindo, no quadro geral, uma forte prevalência de indivíduos da região central atlântica (quase 70%). São eles, além de “Benguela” e “Cabinda”, os “Congo”, “Angola”, “Libolo”, “Monjolo”, “Cassange”, “Cabundá”, “Ganguela”, “Rebolo” e “Gabão”.

Gráfico 2: As origens dos escravizados mais referidas nos anúncios das gazetas



Fontes: GRJ, 1809-1821; RHJ, 2.ª semana de janeiro, 1813-1819

²⁷ RGJ, 1-8 jan. 1814.

²⁸ GRJ, 21 set. 1814.

Benguela, a origem mais vezes referida nos anúncios cariocas, desde o século XVIII tinha no tráfico de cativos um alicerce da sua economia (Silva, 1999). Também desde o século XVIII que as autoridades de Cabinda vinham reforçando sua relação com os portugueses, tendo inclusive enviado ao Rio uma delegação, em 1812, que negociou acordos para aumentar o translado entre os portos, de modo que se pode concluir que portugueses e brasileiros passaram a representar “os principais parceiros comerciais dos cabindenses no tráfico negreiro” (Pinto, 2006, p. 224). A costa do Índico ingressou tardivamente na rota. Foi a “relativa incapacidade dos mecanismos sociais de produção de escravos da zona congo-angolana em responder de imediato à súbita alta demanda do Sudeste brasileiro” que a fez crescer (Florentino, 2014, p. 83). A proibição do tráfico ao norte da Linha do Equador, pelo Tratado de 22 de janeiro de 1815, também favoreceu o aumento da rota oriental. Isso, a priori, é suficiente para justificar a ausência de escravizados vindos do Índico na gazeta da Jamaica, que, até 1807, conseguiu satisfazer as suas necessidades com o tráfico a partir da África Ocidental e Central.

Na Jamaica, nos anúncios tabulados, 36% dos cativos localizados são da África Central Atlântica: 98 descritos como “Congo”, 76 “Mungola” e três “Angola”. “Congo” foi uma classificação generalizante atribuída aos cativos da costa central atlântica de África, provavelmente pela proximidade linguística, enquanto “Angola” foi igualmente usado pelos britânicos como um termo para indicar a costa central atlântica (Hall, 2005, p. 47 e 157), existindo a possibilidade dos três “Angola” serem cativos vindos dos portos que os portugueses controlavam em Angola. Já “Mungola” é a única origem específica localizada para a região. No Brasil foi atribuída como “Monjolo”, isto é, indivíduos vindos “da atual República do Congo, próximo a Stanley Pool” (Lopes, 2011), por vezes identificados por suas escarificações verticais no rosto. No Brasil, anunciava-se a fuga de “Domingos, de nação Monjolo, com a cara retalhada de sinais”²⁹, enquanto na Jamaica descrevia-se John Dirty como “Mungola, 5 feet 4 inches, country marks on his forehead”³⁰.

Nota-se ainda que 31% dos escravizados localizados na Jamaica eram do Golfo do Biafra, sendo 106 “Eboe” e 41 “Moco”, que também eram embarcados na região do Biafra e, por vezes, classificados como “Eboe” (Cassidy & Le Page, 2002, p. 302), grupo étnico que habita atualmente sobretudo o sudeste da Nigéria (Cassidy & Le Page, 2002, p. 168; Lopes, 2011). O grupo “Eboe” representou a origem mais citada nos anúncios – a

²⁹ GRJ, 2 jun. 1821.

³⁰ RGJ, 4-11 abr. 1818.

plantocracia jamaicana dava preferência a este grupo, existindo registros de pedidos feitos pelo plantador Simon Taylor exigindo a compra de cativos “Eboe” (Diptee, 2010, p. 46).

A Costa do Ouro ocupou 17% das referências, sendo 47 menções a “Coromantee” – escravizados do grupo étnico Akan (Hall, 2005, p. 134) –, 25 a “Chamba”, que “algumas evidências sugerem que eram do grupo étnico Mossi” (Chambers, 2007, p. 305), oito a “Wakee” e uma a “Succo”, sendo estas também ligadas às populações de *Gold Coast* (Chambers, 2007, p. 306). Por fim, a descrição “Mundingo” ou “Mandingo”, associada ao atual Senegal e à atual Guiné (Cassidy & Le Page, 2002, p. 291), aparece com 10%.

As diversas experiências aqui descritas e o mosaico de proveniências evidenciam que o mundo em que os escravizados estavam inseridos, na Jamaica e no Brasil, era social e culturalmente complexo.

Considerações Finais

A imprensa, por meio de seu inventário do cotidiano e atenção ao tempo curto, permite ler os indícios de um movimento mais longo: a clivagem entre a escravidão colonial britânica e a escravidão nacional brasileira. De um lado, um sistema que perde força e capacidade competitiva; de outro, uma escravidão inscrita na transformação do Rio de Janeiro na capital de um futuro império escravista. Os anúncios oferecem uma leitura microscópica dos impactos dos distintos cenários políticos no Rio e em Kingston. Mas não são casos independentes entre si. O novo ritmo do capital estabelecido pela industrialização moldou estes cenários. A transladação da Corte, o esforço para “metropolizar” o Rio de Janeiro e o declínio das plantações jamaicanas são fenômenos decorrentes deste novo quadro global.

Se por um lado a presença física da Corte no Rio parece refletir numa predominância dos mercados de bens de raiz e das embarcações, numa curva crescente do aparecimento dos escravizados nos anúncios e numa alta do mercado cultural, por outro a demografia escrava na Jamaica se desenhava de forma mais equilibrada com o tráfico encerrado. Percebe-se que o Rio começa a construir a sua esfera pública de tipo moderno com uma peculiaridade em relação a Kingston, que, apesar de ter começado a desenvolver esses espaços no século anterior, não teve a proximidade das estruturas imperiais como um marco distintivo capaz de impactar fortemente o cotidiano. A “metropolização” do Rio explica os contrastes e traz consigo o crescimento da escravidão,

perceptível no cálculo demográfico dos cativos anunciados e na necessidade por parte dos traficantes de criar uma nova rota de tráfico via Índico. O que possibilitou que a cidade tivesse este indício de impulso cultural e econômico nas propagandas dos jornais foi o mesmo que impediu que estes sinais fossem verificados na Jamaica: o sistema capitalista, forçando a inserção do Brasil na economia mundial e movendo a Jamaica, incapaz de arcar com as novas demandas, para um posto secundário.

Ainda assim, trilhando caminhos opostos, a escravidão jamaicana e a brasileira assumiam similaridades rotineiras notórias, que também pudemos verificar via imprensa, quer pelo lado dos escravizados – a partir do que é possível ler nos jornais acerca do cotidiano dos cativos – quer pelo lado dos escravizadores – representados pelos anunciantes. Isso exemplifica em alguma medida a ideia de Blackburn (2016) de que “a segunda escravidão não deve ser separada de forma tão drástica da primeira”, dada a continuidade de algumas características cotidianas.

Por fim, é produtivo ressaltar que a pesquisa nas propagandas das gazetas como fonte documental de primeira grandeza demostra um padrão de configuração dos anúncios relevantes para o cotidiano da elite e dos comerciantes que viveram em Kingston e no Rio de Janeiro no princípio do século XIX. Note-se, por exemplo, o grande realce que avisos relacionados aos bens de raiz, ao mercado creditício e às transações ligadas à mão de obra escrava tiveram nos dois casos investigados. Só o estudo de outros periódicos vinculados a regiões escravistas poderá confirmar se esse padrão também se reproduziu noutros espaços que integram esta totalidade aberta que é a escravidão atlântica.

Referências

- Algranti, L. (1988). *O feitor ausente: Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Vozes.
- Amantino, M. (2006). Os escravos fugitivos em Minas Gerais e os anúncios do Jornal “O Universal” – 1825 a 1832. *Locus*, 12(2), 59–74.
- Beckles, H. McD. (2000). Property rights in pleasure: The marketing of enslaved women’s sexuality. In V. Shepherd & H. McD. Beckles (Eds.), *Caribbean slavery in the Atlantic world* (pp. 692–701). Ian Randle.

- Beckles, H. McD. (2000a). Persistent rebels: Women and anti-slavery activity. In V. Shepherd & H. McD. Beckles (Eds.), *Caribbean slavery in the Atlantic world* (pp. 1001–1016). Ian Randle.
- Bethell, L. (2002). *A abolição do comércio brasileiro de escravos*. Senado Federal.
- Blackburn, R. (2016). Por que segunda escravidão? In R. Marquese & R. Salles (Orgs.), *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Civilização Brasileira.
- Botein, S., Censer, J., & Ritvo, H. (1981). The periodical press in eighteenth-century English and French society: A cross-cultural approach. *Comparative Studies in Society and History*, 23(3), 464–490.
- Brathwaite, K. (2005). *The development of Creole society in Jamaica, 1770–1820*. Ian Randle.
- Burnard, T., & Hart, E. (2013). Kingston, Jamaica, and Charleston, South Carolina: A new look at comparative urbanization in plantation colonial British America. *Journal of Urban History*, 39(2), 214–234.
- Burnard, T. (2018). Toiling in the fields: Valuing female slaves in Jamaica, 1674–1788. In D. R. Berry & L. Harris (Eds.), *Sexuality and slavery: Reclaiming intimate histories in the Americas* (pp. 33–48). University of Georgia.
- Burnard, T. (2020). Slaves and slavery in Kingston, 1770–1815. *International Review of Social History*, 65(28), 39–65.
- Burnard, T. (2020a). *Jamaica in the age of revolution*. University of Pennsylvania.
- Carvalho, M. (2018). Cidades escravistas. In L. Schwarcz & F. Gomes (Eds.), *Dicionário da escravidão e liberdade* (pp. 208–217). Companhia das Letras.
- Cassidy, F., & Le Page, R. (2002). *Dictionary of Jamaican English*. University of the West Indies.
- Cave, R. (1978). Early printing and the book trade in the West Indies. *The Library Quarterly*, 48(2), 163–192.
- Chambers, D. (2007). The links of a legacy: Figuring the slave trade to Jamaica. In A. Paul (Ed.), *Caribbean culture: Soundings on Kamau Brathwaite* (pp. 287–312). University of the West Indies.
- Costa, T. (2001). What can we learn from a digital database of runaway slave advertisements? *International Social Science Review*, 76(1/2), 36–43.
- Darnton, R., & Roche, D. (1996). *Revolução impressa: A imprensa na França (1775–1800)*. Edusp.
- Diptee, A. (2010). *From Africa to Jamaica: The making of an Atlantic slave society, 1775–1807*. University of Florida.

- Dyer, G. (2009). *Advertising as communication*. Routledge.
- Florentino, M. (2014). *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Unesp.
- Fragoso, J. (1998). *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790–1830)*. Civilização Brasileira.
- Freyre, G. (1979). *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Cia Editora Nacional. (Original publicado em 1961)
- Gomes, F. (1996). Jogando a rede, revendo as malhas: Fugas e fugitivos no Brasil escravista. *Tempo*, 1(1), 67–93.
- Guerra, F.-X., & Lemperiere, A. (2008). Introducción. In F.-X. Guerra (Ed.), *Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII–XIX* (pp. 5–14). Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Tempo Brasileiro.
- Hall, G. M. (2005). *Slavery and African ethnicities in the Americas: Restoring the links*. University of North Carolina.
- Higman, B. W. (1995). *Slave population and economy in Jamaica, 1807–1834*. University of the West Indies.
- Higman, B. W. (2008). *Plantation Jamaica, 1750–1850*. University of the West Indies.
- Karasch, M. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808–1850)*. Companhia das Letras.
- Lobo, E. (1970). Rio de Janeiro e Charleston: As comunidades de mercadores no século XVIII. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 12(4), 565–582.
- Lopes, N. (2011). *Enciclopédia brasileira da diáspora africana* (4^a ed.). Selo Negro.
- Luccock, J. (1820). *Notes of Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil*. Samuel Leigh.
- Mair, L. M. (2000). The rebel woman in the British West Indies during slavery. In V. Shepherd & H. McD. Beckles (Eds.), *Caribbean slavery in the Atlantic world* (pp. 984–1000). Ian Randle.
- Malerba, J. (2008). Sobre o tamanho da comitiva. *Acervo*, 21(1), 47–62.
- Marquese, R. (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660–1860*. Companhia das Letras.
- Marquese, R. (2019). A história global da escravidão atlântica: Balanço e perspectivas. *Esboços*, 26(41), 14–41.
- McMichael, P. (1990). Incorporating comparison within a world-historical perspective: An alternative comparative method. *American Sociological Review*, 55(3), 385–397.

- Meirelles, J. G. (2006). *A Gazeta do Rio de Janeiro e o impacto na circulação de ideias no império luso-brasileiro (1808–1821)* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Campinas.
- Meirelles, J. G. (2017). *Política e cultura no governo de Dom João VI: Imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792–1821)*. EdUFABC.
- Morel, M. (2008). La génesis de la opinión pública moderna y el proceso de independencia (Rio de Janeiro, 1820–1840). In F.-X. Guerra (Ed.), *Los espacios públicos en Iberoamérica* (pp. 194–208). Centro de Estudios Mexicanos y Centroamericanos.
- Morgan, J. (2004). *Laboring women: Reproduction and gender in New World slavery*. University of Pennsylvania.
- Morgan, P., & Greene, J. (2009). *Atlantic history: A critical appraisal*. Oxford University Press.
- Moura, A. M. de. (2022). *Cultura escravista e resistência escrava nos anúncios de fuga do Jornal do Commercio (Rio de Janeiro, 1827–1850)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
- Neves, L. M. B. P. das. (2009). Dos “avisos” de jornais às resenhas como espaços de consagração (1808–1836). In L. M. B. P. das Neves (Org.), *Livros e impressos* (pp. 55–89). EdUERJ.
- Paiva, E. F. (2018). Alforrias. In L. Schwarcz & F. Gomes (Eds.), *Dicionário da escravidão e liberdade* (pp. 118–127). Companhia das Letras.
- Parron, T. (2022). Revolução industrial e circuitos mercantis globais: A crise da escravidão no Império britânico. *Revista USP*, 132, 185–212.
- Patterson, O. (1973). *The sociology of slavery*. Granada Publishing.
- Petley, C. (2012). Gluttony, excess, and the fall of the planter class in the British Caribbean. *Atlantic Studies*, 9(1), 85–106.
- Pinto, A. O. (2006). *Cabinda e as construções da sua história (1783–1887)*. Dinalivro.
- Pires, J. V. (2022). A escravidão como um negócio disseminado no jornal da Corte de D. João VI no Rio de Janeiro (1808–1821). *Anuario de Estudios Americanos*, 79(1), 171–204.
- Sampaio, A. C. J. de. (2003). *Na encruzilhada do Império: Hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650–c.1750)*. Arquivo Nacional.
- Santos, Y. L. dos. (2012). *Irmãs do Atlântico: Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763–1844)* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo.
- Schultz, K. (2008). Perfeita civilização: A transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. *Tempo*, 12(24), 5–27.

- Schwarz, L. (1987). *Retrato em branco e negro: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. Companhia das Letras.
- Silva, A. C. e. (2021). *A África e os africanos na história e nos mitos*. Nova Fronteira.
- Silva, M. B. N. da. (2007). *A Gazeta do Rio de Janeiro, 1808–1822: Cultura e sociedade*. EdUERJ.
- Silva, R. da C. e. (1999). Benguela e o Brasil no final do século XVIII: Relações comerciais e políticas. In S. Pantoja & J. Saraiva (Orgs.), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul* (pp. 127–142). Bertrand Brasil.
- Souza, E. S. de. (2015). *O mercado de crédito na corte joanina: Experiências das relações sociais de empréstimos* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense.
- Stewart, J. (1823). *A view of the past and present state of the Island of Jamaica*. Oliver & Boyd.
- Tomich, D. (2004). *Through the prism of slavery*. Rowman & Littlefield Publishers.
- Townsend, C. (2000). *Tales of two cities: Race and economic culture in early republican North and South America*. University of Texas.
- Wallace, S. (2017). *Fugitive slave advertisements and the rebelliousness of enslaved people in Georgia and Maryland, 1790–1810* (Doctoral thesis). University of Stirling.
- Wallerstein, I. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Contraponto.
- Williams, E. (1975). *Capitalismo e escravidão*. Americana.
- Wood, A., & Smith, B. (2021). Fugitives from slavery in Jamaica, 1718–1795. *Enslaved: Journal of Slavery and Data Preservation*, 2(2), 26–35.
- Youssef, A. E. (2010). *Imprensa e escravidão: Política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822–1850)* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo.

NOTAS

AUTORIA

João Victor Ribeiro Pires: Mestre em História Moderna e Contemporânea. Doutorando em História Moderna e Contemporânea, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Departamento de História, Lisboa, Portugal.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Nóbrega e Sousa, 7, 5 A, Lisboa, Portugal.

ORIGEM DO ARTIGO

Uma pequena parte da pesquisa para este artigo foi extraída da dissertação de mestrado – Casas, escravos e livros: o cotidiano do Rio de Janeiro no período Joanino a partir dos anúncios de jornal, apresentada no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 2020. A maior parte tem origem em pesquisas realizadas a seguir ao mestrado, de modo a ampliar a discussão numa dimensão internacional.

AGRADECIMENTOS

Versões preliminares deste artigo foram discutidas no colóquio “Bicentenário da Independência Brasileira: reflexões e perspectivas”, realizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) e pelo Centro de Estudos Internacionais (CEI), no Instituto Universitário de Lisboa (Portugal), em novembro de 2022; e no Encontro de Jovens Investigadores de História Moderna, organizado pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS), na Universidade de Évora, em junho de 2023. O autor agradece aos participantes por seus comentários e sugestões, bem como a Tâmis Peixoto Parron, Juliana Gesuelli Meirelles e aos revisores anônimos pela leitura atenta da primeira versão deste trabalho e aos úteis comentários e sugestões.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: J. V. R. Pires

Discussão dos resultados: J. V. R. Pires

Revisão e aprovação: J. V. R. Pires

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

© João Victor Ribeiro Pires. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Alexandre Buski Valim, Daniela Capri

HISTÓRICO

Recebido em: 27 de maio de 2025

Aprovado em: 12 de setembro de 2025

Como citar: PIRES, João Victor Ribeiro. Gazetas Coloniais, anúncios e escravidão no início do Século XIX: uma comparação entre Rio de Janeiro e Jamaica. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis, v. 32, p. 1–27, 2025.

